

Carlos Bastien

Para a historia da economia marxista em Portugal

O desenvolvimento do pensamento marxista em Portugal, no caso específico da história do pensamento económico, visto através de uma publicação periódica editada entre 1948 e 1964, a Revista de Economia, na qual as posições marxistas tiveram uma posição de peso, ainda que não dominante.

1

No conjunto da produção historiográfica que nos últimos anos se tem ocupado da caracterização do campo científico e ideológico do Portugal contemporâneo, pouca atenção tem sido prestada à irrupção e ao desenvolvimento do pensamento marxista. A efeméride que há alguns anos assinalou a passagem do centenário da morte de Karl Marx foi, como muitas vezes acontece, pretexto para a publicação de uma série de estudos, crónicas, memórias, que de algum modo vieram fazer avançar um pouco o nosso conhecimento colectivo desta temática mas, passado esse momento, o (quase) silêncio voltou.

Este facto é ainda mais nítido se nos reportamos à área disciplinar constituída pela história do pensamento económico. Aí, a ausência de referência ao marxismo é a regra, e estas breves notas mais não pretendem que contribuir para a superação desse estado de coisas. Neste sentido, é seu objecto caracterizar parcialmente a vida de uma publicação periódica, a *Revista de Economia*, que entre 1948 e 1964 foi um dos suportes desse movimento de ideias e cuja existência tem, a este respeito, passado praticamente despercebida¹.

2

É necessário esclarecer desde já que a *Revista de Economia* não era uma publicação marxista, não era sequer uma publicação onde as ideias marxistas tivessem lugar dominante, mas foi, apesar disso, um local onde essas ideias, de par com outras concepções económicas², tiveram presença de relevo. Poder-se-á mesmo afirmar que foi, nessa fase histórica, a única publicação legal que com regularidade manifestou a existência de uma prática científico-económica que (no plano teórico-abstracto como no plano da interpretação da realidade portuguesa e internacional) se desenvolveu, entre nós, à luz do marxismo.

É ainda necessário esclarecer que esta publicação nasce num momento da história social portuguesa caracterizado por uma vasta ofensiva política e também ideológica das forças que se colocavam em oposição ao salazarismo. Dever-se-á mesmo afirmar que a *Revista de Economia* se constitui num dos elementos dessa ofensiva, já que materializa uma leitura da realidade portuguesa que se situa manifestamente fora da influência ideológica e de dependências institucionais do corporativismo fascista. Ao contrário, ela identifica-se, com particular nitidez na fase inicial da sua existência, com o conjunto dos sectores oposicionistas politicamente representados nesse período no MUD (e designadamente na respectiva Comissão de Economistas)³ cuja heterogeneidade, devida ao carácter frentista e unitário deste movimento, se expressa na diversidade de concepções teóricas e ideológicas presente também no terreno da análise económica.

É no interior destas movimentações que um sector de intelectuais marxistas, em conexão com a acção política do PCP, vai assumir a primeira presença continuada das

ideias económicas de Marx, entre nós. Não é aliás destituída de significado o facto de esta publicação ser patrocinada no seu lançamento pela figura prestigiada de intelectual marxista que foi Bento de Jesus Caraça.

No entanto, e é sabido, a conjuntura em que nasce a *Revista de Economia* não dura muito. Virá a *guerra-fria*, virá uma época de relativa estabilidade do sistema capitalista ao nível internacional, sobrevive o fascismo com o decorrente obscurantismo cultural e discurso violentamente antimarxista, e estes aspectos determinam o relativo isolamento em que se manterá a prática teórico-económica a que nos vimos reportando.

3

A presença das concepções marxistas na *Revista de Economia* é visível sob diversas formas. Assim:

a) Estudos que assumem uma *expressão teórico-abstracta*. De entre os textos originais devidos a autor português, susceptíveis de serem incluídos neste grupo, há a considerar basicamente três.

O primeiro é devido a A. M. Sá da Costa e intitula-se «Sobre o equilíbrio económico geral»⁴. Aqui se estudam as condições de equilíbrio produção/consumo a partir dos esquemas de reprodução simples e de reprodução alargada (originariamente formulados por Marx, como se sabe) e que eram considerados pela primeira vez entre nós em trabalhos desta natureza. Acrescente-se que este estudo se baseia expressamente num trabalho de um conhecido economista francês, cujas conclusões se propõe generalizar⁵. Trata-se de Charles Bettelheim que, a avaliar pelo grande número de vezes que trabalhos seus são referidos nas listas bibliográficas regularmente publicadas nesta revista, terá sido, a par, eventualmente, com Maurice Dobb, dos economistas marxistas mais importantes e mais conhecidos dos seus colegas portugueses, nesta época histórica.

O segundo texto, ou melhor, o segundo conjunto de textos, deve-se a Armando Castro e ocupa-se da chamada *lei dos rendimentos decrescentes*, lei que constituía e constitui ainda, um pilar das construções económicas dominantes.

Há um artigo inicial⁶ onde a referida lei é considerada relativamente ao papel que desempenha nas construções de economistas clássicos e neoclássicos, designadamente em Ricardo e Marshall, e que no fundo é o de «fornecer uma explicação naturalística de muitas deficiências e perturbações do sistema económico», e onde se defende a tese marxista de que «numa concepção geral da análise económica, que deverá ser macroscópica e histórica, o princípio do rendimento decrescente não ocupa o lugar que a generalidade dos autores lhe atribui. Parece ser claro que esta lei dos custos crescentes só é aplicável a um estado hipotético de equilíbrio estacionário e só pode ser exacta, historicamente, nos casos excepcionais em que a técnica não progride [...]. Vale isto dizer que o seu lugar é modestíssimo; trata-se mais de uma hipótese metodológica de investigação do que de uma constante da teoria económica.

«Na teoria dinâmica, que se deve conceber historicamente [...] esta lei não é de aplicação universal, ao contrário do que os economistas ortodoxos pretendem»⁷.

Mais tarde, numa nota⁸, ao comentar-se o 2.º volume da *Economia Agrária*, de H. Barros⁹, o mesmo tema será retomado, de novo se conclui que o interesse desta lei «é afinal mínimo para a teoria económica porquanto historicamente não existe».

Um terceiro estudo dedicado à «Origem e destino da teoria subjectiva do valor»¹⁰ é também devido a Armando Castro e materializa a mais importante presença das concepções marxistas nas páginas da *Revista de Economia*.

Este estudo ocupa-se basicamente da fixação das exigências teóricas a que deve obedecer a noção económica de valor, exigências que se situam num plano qualitativo — «tem que esclarecer [...] a existência de classes com um papel definido na produção e

distribuição [...], definindo simultaneamente a natureza dos fenómenos económicos (o que entronca, ao cabo, na observação inicial de que a economia é uma disciplina social)»¹¹ — e exigências que se situam num plano quantitativo — «a teoria do valor tem que fornecer uma medida quantitativa homogénea, que não seja ela própria um valor porque senão nada se teria explicado»¹². A partir daqui trata-se essencialmente de indagar se a teoria subjectiva do valor, designadamente as concepções assentes na teoria da utilidade marginal, respeitam aquelas exigências. Conclui-se, em essência, que o marginalismo subjectivo fornece antes uma análise atomista, individual, da sociedade que não permite a compreensão do movimento da sociedade actual, tornando-se assim teoricamente estéril.

Conclui-se ainda que o «princípio da utilidade marginal não fornece uma quantidade homogénea como medida do valor que permita confrontar os valores das mercadorias e adicioná-los; para esta concepção o confronto faz-se até no foro íntimo de cada indivíduo; apesar de fornecer uma constante independente do sistema, não pode superar tal dificuldade»¹³. Nota-se ainda que quando se procede à revisão desta noção de utilidade, substituindo-a pelas preferências do consumidor expressas pelo seu comportamento no mercado, deixa então de existir mesmo a tal (pretensa) causa, a determinante dos preços no mercado, caindo-se numa explicação dos preços puramente tautológica, em que os preços se *explicam* a si próprios¹⁴.

Em síntese, afirma-se que «as construções erguidas sobre tais bases não podem esclarecer os grandes problemas económicos e não poderão ser fecundadas»¹⁵.

Quando acima destacávamos o particular significado deste estudo tínhamos em mente não só a estrutura interna do artigo em questão (a sua extensão e rigor) mas fundamentalmente o facto de constituir uma peça fundamental da resposta marxista ao paradigma neoclássico, dominante nesta época nos meios académicos, precisamente porque demonstrava a fraqueza teórica de um dos seus aspectos basilares. Além disso há ainda uma outra questão que nos parece de grande significado, e que é o facto de este estudo, tal como o anteriormente citado, revelar a utilidade do marxismo como instrumento da crítica das diversas concepções económicas, faceta que a Universidade portuguesa de então, e salvo raras excepções¹⁶, se empenhava em ignorar¹⁷.

b) Estudos que expressam uma *leitura das condições concretas da economia portuguesa, mediada pela teoria marxista*. Aqui, a presença desta concepção teórica é o mais das vezes difusa e nem sempre de fácil localização. É de admitir que em muitos casos a presença daquelas ideias não seja directamente consciencializada e claramente expressa pelos diversos autores actuando antes por via da influência, historicamente crescente, exercida sobre as ciências sociais em geral, e visível tanto na definição das problemáticas a abordar como na definição dos conceitos a manusear na análise, muitas das vezes em paralelo com a influência de outras construções teóricas e metodológicas.

Este aspecto, que nos parece aliás dos traços característicos do panorama das ciências sociais contemporâneas, é também de considerar nesta inventariação da presença do marxismo na *Revista de Economia*, a que vimos procedendo.

Assim destacaremos, mais com intenção de ilustrar este processo, do que assinalar exaustivamente todos os estudos ali publicados enquadráveis nesta alínea, o que seria aliás de difícil exequibilidade atendendo ao que atrás indicámos, dois artigos de Jorge Alarcão. No primeiro deles, com o título «Estimativa do nível de vida da população operária portuguesa»¹⁸, o que se investiga é o funcionamento, ou não funcionamento da lei da pauperização das condições de vida da classe operária nas condições concretas do capitalismo português para um período superior a duas décadas, compreendido entre 1918 e 1944. Aí se conclui que a referida lei opera de facto, entre nós e nas condições indicadas, em termos *absolutos*.

É de referir que a análise das causas de tal fenómeno, tanto no plano histórico e concreto (designadamente o papel da política económica do Estado fascista nesse processo) como no plano teórico abstracto (a referência expressa à já citada lei da pauperização das condições de vida operária no processo de desenvolvimento capitalista, e ainda a referência a Marx que a descobriu e integrou na sua construção explicativa dessa dinâmica) está ausente, talvez porque os fascículos da *Revista de Economia* têm o carimbo de «visado pela comissão de censura». De qualquer modo a *inspiração* marxista na definição do objecto deste estudo parece-nos inequívoca.

Num outro estudo¹⁹ este mesmo autor aborda, embora de modo lateral relativamente ao tema central que aí o ocupa, o fenómeno de centralização do capital operada no sector bancário, para o período compreendido entre 1931 e 1939, e observada através das estatísticas relativas à evolução dos depósitos à ordem nos diversos estabelecimentos bancários (um dos indicadores possíveis) notando que «já em 1931 [...] 3% do total de estabelecimentos de crédito possuíam mais de metade do total de depósitos à ordem observados neste ano e no Continente»²⁰. Mais uma vez não há aqui uma referência directa às concepções de Marx, há até um apelo a conceitos retirados da teoria quantitativa da moeda e ainda das concepções keynesianas. No entanto, é sabido o lugar central que os fenómenos de concentração e centralização do capital desempenham na concepção marxista relativa à dinâmica do sistema capitalista e da sua liquidação histórica, e naturalmente o seu reconhecimento (mesmo que relativamente a um sector muito específico como aqui acontece) é importante para a compreensão do capitalismo português, muito embora neste estudo, até pelo já citado carácter lateral deste tema, não sejam retiradas quaisquer consequências de relevo dos factos constatados, numa óptica de evolução do sistema a longo prazo²¹.

Este artigo a que nos vimos reportando é, pelas razões expostas, por ventura um dos que melhor poderá exemplificar o que atrás afirmámos acerca de uma investigação que muitas vezes se socorre de *fragmentos* das diversas construções teóricas na composição de um sistema de conceitos que preside ao inquérito à realidade concreta que se pretende decifrar.

Um outro estudo que não podemos deixar de referir nesta alínea *b*) debruça--se sobre a problemática da agricultura portuguesa e, tal como outros trabalhos já citados, é devido a Armando Castro²².

Ocupa-se este estudo do reconhecimento de alguns dados de natureza estrutural da situação agrária portuguesa observados a partir da sua conexão com o mercado. Assim, e decorrendo de um panorama genérico que revela o grau de evolução das forças produtivas e em parte das relações de produção neste sector da economia portuguesa, há referências aos diversos tipos de sistema económico aí presentes (designadamente um sector capitalista e um sector camponês). Note-se, no entanto, que mais importante que estes aspectos nos parece ser a chamada de atenção para a importância que reveste a consideração das *tendências profundas*²³ das leis económicas, que comandam a evolução daqueles dados estruturais. Em concreto, neste estudo, só em pequena parte tal problemática é abordada, nomeadamente ao considerar-se a *crescente tendência para a proletarianização camponesa*²⁴ (e contratendências igualmente operantes) e bem ainda a chamada *lei das tesouras*²⁵, no entanto enunciavam-se desde logo, embora de modo embrionário, exigências de natureza teórica na leitura da realidade económica portuguesa, que não as do mero *descritivismo crítico* que fez carreira mesmo em sectores que de algum modo se incluíam na área do pensamento marxista²⁶, e que aliás subsistem nos dias de hoje.

c) Estudos que expressam uma *leitura da economia internacional mediada pela teoria marxista*.

Há no conjunto da *Revista de Economia* bastantes notas que pretendem caracterizar a situação económica internacional, e designadamente num plano conjuntural. Essas notas assumem na maior parte das vezes uma feição descritiva e empírica, constituindo excepção de relevo neste panorama três estudos de Armando Castro, publicados entre 1948 e 1953.

Neste conjunto é sensível a preocupação de fundar na teoria (marxista) a aproximação à realidade histórica e concreta. Assim, o primeiro desses textos²⁷, o que se situa num plano mais geral, esboça uma teorização do fenómeno imperialista contemporâneo centrada na análise das causas e dos efeitos do *movimento internacional de capitais*, tanto em relação aos países exportadores de capitais como aos importadores, com o consequente efeito de dominação dos segundos pelos primeiros.

Esta parte *positiva*, que em essência se funda na concepção leninista expressa em *O Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo*, é antecedida de uma parte *crítica* da análise ortodoxa das relações económicas internacionais, e em particular da análise do movimento de capitais. Aí se afirma: «O problema das exportações e importações de capitais [...] surge na teoria académica como um problema de equilíbrio das trocas internacionais e de formas da sua realização.

«Realmente a análise destas questões na teoria ortodoxa aparece relacionada com o estudo da balança de pagamentos na qual os movimentos de capitais se inserem, constituindo no seu fulcro uma concepção de equilíbrio económico das trocas entre as nações [...]». E mais adiante conclui-se: «por trás e na base do problema das trocas e de certos aspectos circunstanciais estão aspectos [ignorados pelos autores ortodoxos] de importância decisiva para compreendermos a evolução imanente do sistema económico actual [...]»²⁸. Relativamente aos dois textos restantes esclareça-se que, para além de incluírem igualmente algumas indicações de carácter teórico geral, um²⁹ ocupa-se da ilustração e explicação das causas da decadência económica e política da Inglaterra no concerto mundial das nações e sua substituição pelos EUA na posição predominante; no fundo, o estudo em termos concretos do que abstractamente se havia enunciado antes: «a realidade apresenta-se não como uma colecção de fenómenos ou coisas isoladas e eternas mas antes como um conjunto de processos evoluindo por mudanças graduais e bruscas alterações»³⁰. O outro destes estudos³¹ é constituído por um breve exame das mais importantes características estruturais que o capitalismo monopolista então assumia nos EUA, bem como de algumas das leis económicas que actuam na reprodução daquele sistema, destacando-se aqui o papel do crescente parasitismo económico (as actividades improdutivas) e seu papel no diferir da eclosão das crises, e bem assim o problema da sobreacumulação de capital com a consequente falta de campo de aplicação dos mesmos, numa leitura que nos parece do mesmo tipo da realizada, designadamente por Paul Sweezy na *Teoria do Desenvolvimento Capitalista*.

d) Estudos de *economistas marxistas não portugueses*. Há, neste quadro de divulgação das concepções económicas marxistas recurso por vezes à publicação de textos dessa classe de autores, a maior parte das vezes apenas pequenos extractos, com a particularidade de aí nunca se incluírem escritos dos próprios clássicos marxistas (o que se deve explicar pela acção da censura), nem de autores soviéticos (o que se deve talvez explicar pelas dificuldades de acesso a essas fontes bibliográficas).

São, portanto, da autoria de economistas marxistas dos países capitalistas os estudos, pertencentes a este grupo, que ali vamos encontrar.

Os mais significativos são «O nascimento da economia política»³², de Maurice Dobb, breve resenha da evolução da ciência económica desde os primeiros autores

mercantilistas até Ricardo, texto que é aliás um extracto do livro *Introdução à Economia*, já anteriormente publicado em Portugal³³; um outro texto do mesmo autor titulado «A crítica da economia política clássica»³⁴, constituído por um excerto de *Political Economy and Capitalism*, nunca editado entre nós; ainda o estudo «Lei económica»³⁵, de Lewis Feuer onde se documenta o modo como as leis da dialéctica materialista operam no interior de uma ciência particular (no caso a económica), e finalmente, a «Teoria das crises económicas»³⁶, de J. Winternitz, onde além de uma exposição sintética da dinâmica do sistema capitalista, «segundo a teoria dos *fundadores do socialismo científico*», se avançavam elementos para a crítica da nova economia de Keynes, designadamente da sua teoria do multiplicador.

Este último texto citado parece-nos o de maior relevância, ao menos por duas ordens de razões. Por um lado, porque as referidas concepções keynesianas seduziam na época um sector importante da intelectualidade progressista portuguesa, interessado em temas económicos³⁷, e por outro lado, porque era o primeiro texto que em termos rigorosos expunha a economia política do capitalismo, em termos marxistas, numa época em que nenhum tratado, ou obra similar, sobre aquela matéria e naquela óptica havia ainda sido publicado em Portugal.

4

Nesta já longa enumeração de textos, julgamos ter indicado o que de mais importante apareceu nas páginas da *Revista de Economia* revelador da existência de um movimento de difusão das concepções económicas marxistas, entre nós. Para além do que se enumerou ficaram apenas por referir alguns estudos que se situam já nas margens da ciência económica, embora com ela tenham alguma relação³⁸ e ainda alguns pequenos textos de menor relevo, basicamente recensões bibliográficas, onde aqui e ali afloram as concepções marxistas³⁹.

Esta irrupção da concepção económica a que nos vimos referindo reparte-se desigualmente ao longo dos 16 anos de publicação desta revista. A grande maioria dos textos que aqui considerámos situam-se no período inicial de vida da revista, isto é, entre 1948 e 1953, ano que, ao menos em relação a este aspecto, nos parece marcar uma relativa viragem de orientação, e é assim que a partir daí se notarão algumas significativas omissões de referências a Marx⁴⁰, que nos parece decorrerem em paralelo com uma quebra de preocupação pelas questões mais teóricas e abstractas que à economia respeitam.

As causas de tal situação cremos que residem essencialmente em aspectos envolventes da vida da revista, muito em particular do revigorar da repressão cultural e na mudança de modo geral no ambiente interno e externo em que o País vivia quando finda a década de 40 (a que já atrás aludimos) e talvez, como causa não completamente desligada da primeira, a desagregação do seu grupo inicial de colaboradores.

Numa perspectiva geral relativamente a este movimento de ideias no quadro da *Revista de Economia* poder-se-á talvez adiantar que ele materializa a abertura de um período de definitiva afirmação do marxismo na história das ideias económicas em Portugal.

É certo que já em mais de um estudo foi apontada a presença de referências pioneiras à economia de Marx por parte de académicos da academia coimbrã ainda no decurso do século XIX. Será contudo ocasião de lembrar que tais académicos não são eles próprios marxistas, não usam tal concepção na interpretação da realidade económica concreta portuguesa, e essas próprias referências são muitas vezes dispersas e não raro incorrectas⁴¹.

Mesmo já no século XX, no período que antecede a Segunda Guerra Mundial, quando o marxismo penetra já mais fundo na vida portuguesa, este expressa-se inicialmente no campo da reflexão política (ligada à acção do PCP), no campo da cultura filosófica, no movimento artístico neo-realista, mas será preciso esperar pelo pós-guerra para encontrar os sinais desse movimento no campo do pensamento económico⁴².

É assim que em 1945 será publicado o livro de Armando Castro, *Alguns Aspectos da Agricultura Nacional*, que constitui o primeiro estudo produzido em Portugal onde a realidade económica nacional é lida à luz das concepções marxistas. É ainda significativo que no ano seguinte seja iniciada, e pela primeira vez em Portugal, a publicação de um manual de economia marxista⁴³, além de se registarem outros sinais menores do mesmo movimento⁴⁴, até que em 1948 será a vez da *Revista de Economia*, nas condições e com as características que já apontámos.

Se os efeitos e o significado destes factos para a história das ideias não são, numa óptica de curto prazo, e nas condições concretas portuguesas, facilmente discerníveis⁴⁵, pelo contrário, no longo prazo, eles evidenciam o início de um novo ciclo na história do pensamento económico em Portugal. É a abertura de um período em que as ideias económicas portadoras de uma consciência revolucionária teoricamente fundada passam a coexistir e a afrontar as concepções próprias dos grupos sociais e círculos ideológicos dominantes, reflectindo de algum modo os interesses históricos contraditórios presentes na sociedade portuguesa contemporânea.

¹ Há que considerar uma excepção que é o estudo de Armando Castro intitulado «A dinâmica económico-social portuguesa do pós-guerra (1946-1974) numa perspectiva teórico-crítica testemunhal» e publicado na *Análise Social*, n.os 72-73-74, pp. 1013-1032. Aí, numa nota inserta na p. 1016 se referia já o papel da *Revista de Economia* na resposta da interpretação marxista à economia académica dominante.

² Sobre este ponto veja-se o nosso estudo «A 'Revista de Economia' e a introdução do keynesianismo em Portugal», em *Estudos de Economia*, vol. 4, n.º 2, Janeiro-Março, 1984, pp. 163-184.

³ Note-se que a relação aqui referida entre o MUD, ou a sua Comissão de Economistas, e a *Revista de Economia* não tem carácter institucional ou orgânica. No entanto verificamos que os membros da supracitada comissão são na generalidade colaboradores da revista, e ainda mais que uma coincidência pessoal parece ter havido uma sobreposição objectiva de uma acção política, no quadro de uma organização política (o MUD) e de uma acção de natureza científica e ideológica, no quadro da *Revista de Economia*, ambas direccionadas para a transformação da (mesma) sociedade portuguesa de então.

⁴ *Revista de Economia (RE)*, vol. 1, (1948), pp. 67-73.

⁵ Charles Bettelheim, *Les Problèmes théoriques et pratiques de la planification*, Paris, 1946.

⁶ A. Castro, «Algumas considerações acerca da chamada Lei do Rendimento Decrescente», in *RE*, vol. I, (1948), pp. 89-92.

⁷ Art. cit., pp. 90-91.

⁸ *RE*, vol. 4, (1951), pp. 242-244.

⁹ H. Barros, *Economia Agrária*, vol. 2, Lisboa, 1950. Sugestivamente a *RE* havia publicado no vol. 3, (1950), pp. 15-22, um extracto do capítulo 2 daquela obra sob o título «A controvérsia doutrinária em torno da Lei dos Acréscimos Decrescentes de Rendimento» em que a concepção marxista acerca desta lei era expressamente repudiada, e ela própria defendida, embora com algumas restrições.

¹⁰ *RE*, vol. 1, (1948), pp. 137-150.

¹¹ Art. cit., p. 140.

¹² Art. cit., p. 140.

¹³ Art. cit., p. 147.

¹⁴ Art. cit., p. 150.

¹⁵ Art. cit., p. 150.

¹⁶ Uma dessas excepções, ou mais provavelmente a excepção, era constituída pelo ensino de Economia Política na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra por parte de J. J. Teixeira Ribeiro. Assim num artigo intitulado «O ensino da ciência económica na segunda metade dos anos trinta e a acção pedagógica do

Professor Doutor Teixeira Ribeiro», da autoria de Armando Castro pode ler-se: «Não é difícil destacar alguns dos traços mais representativos do seu magistério, no sentido de não representar a particularização da índole geral do ensino superior da Economia que então se realizava no nosso país. «Sendo naturalmente um curso organizado em moldes que tinham de assentar em grande medida nas estruturas da teoria económica marginalista e neoclássica que então não podia deixar de dominar todo o ensino na Europa Ocidental, por outro lado não deixava de transmitir aos alunos uma rápida perspectiva sobre a teoria marxista que se lhe opunha.» In *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor J. J. Teixeira Ribeiro* (vol. 1), Coimbra, 1978, p. 248.

¹⁷ Para ilustrar esta situação consultem-se as *sebentas* que nesta época histórica vigoraram na única cadeira de Teoria Económica na então única escola superior de ensino da Economia existente no País. Referimo-nos a «Notas para um curso de Economia Política», de A. Marques Guedes, publicadas em *Economia e Finanças*, vols. xii e xiv, 1944 a 1946, onde a existência do marxismo é considerada apenas numa breve referência à história das ideias económicas. Ver ainda a *sebenta* que veio a substituir esta, a saber, *Economia Política*, apontamentos baseados nas lições de A. M. Pinto Barbosa, publicados por V. Mendes e G. Matta, Lisboa, 1947-1948. Aqui, num texto em que o domínio das concepções neoclássicas é já absoluto, desapareceram todas e quaisquer referências ao marxismo, mesmo parcelares. É comum, mesmo nesta época, ver em livros-texto que não adoptam uma postura marxista, referências a estas concepções a propósito de aspectos tais como a teoria do salário, da teoria do valor ou outros, mas nem isso sucedia na *ciência oficial* que entre nós vigorou.

¹⁸ RE, vol. 1, (1948), pp. 12-24.

¹⁹ J. Alarcão, «Determinação da variabilidade da velocidade de circulação das disponibilidades à ordem do público nos bancos (1932-1939)», publicado na RE, vol. 1 (1948), pp. 203-214.

²⁰ Art. cit., p. 208.

²¹ É claro que a economia académica não desconhece o fenómeno de monopolização das economias capitalistas contemporâneas, mas também não é menos claro que esse mesmo fenómeno é avaliado em termos diversos nas concepções marxista e ortodoxa. Para além disso não é acidental o facto de Lenine no *Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo* avançar a tomada de consciência, e a teorização, daquele fenómeno muito tempo antes de os economistas académicos o fazerem.

²² A. Castro, «Algumas características da agricultura portuguesa encaradas na sua conexão com o mercado», in RE, vol. 5 (1952), pp. 229-234.

²³ Art. cit., p. 229.

²⁴ Art. cit., p. 231.

²⁵ Art. cit., p. 234.

²⁶ Veja-se a este respeito o estudo de A. Castro, «A dinâmica económico-social portuguesa do pós-guerra (1946-1974) numa perspectiva teórico-crítica testemunhal», publicado na *Análise Social*, n.º * 72-73-74, pp. 1013-1032, particularmente as observações constantes da nota n.º 4 do citado artigo.

²⁷ A. Castro, «Movimentos internacionais de capitais», in RE, vol. 1 (1948), pp. 215-218.

²⁸ Art. cit., p. 216.

²⁹ A. Castro, «Alguns aspectos da actual estrutura da economia mundial», in RE, vol. 5 (1952), pp. 159-161.

³⁰ Art. cit., p. 159.

³¹ A. Castro, «Alguns aspectos da actual estrutura da economia mundial», in RE, vol. 6 (1953), pp. 105-106.

³² RE, vol. 16 (1964), pp. 120-122.

³³ M. Dobb, *Uma Introdução à Economia*, Lisboa, Ed. Inquérito, s/d.

³⁴ RE, vol. 5 (1952), p. 40.

³⁵ RE, vol. 1 (1948), pp. 35-36.

³⁶ RE, vol. 3 (1950), pp. 87-95.

³⁷ A este respeito veja-se o nosso estudo já citado na nota (2).

³⁸ É o caso, por exemplo, dos estudos de R. Castro, «Sobre as relações entre o sistema económico e a ordem jurídica no capitalismo moderno», in RE, vol. 2 (1949), pp. 31-33 e 262-264, e ainda A. B. Coelho, «Nova agricultura no Portugal do século xiv» (um capítulo ainda inédito do livro *A Revolução de 1383*), in RE, vol. 15 (1963), pp. 149-155.

³⁹ É o caso da nota subscrita por F. Torres acerca da *História Económica e Social da Expansão*, de V. M. Godinho, publicada na RE, vol. I (1948), pp. 112-114, também a nota da autoria de A. Castro sobre o livro de A. Sousa, *O Mundo em Que Vivemos*, in RE, vol. 2 (1949), pp. 204-206; ou ainda a subscrita por A. Sousa acerca dos *Business Cycles*, de W. Mitchell, in RE, vol. 4 (1951), pp. 172-173.

⁴⁰ É assim por exemplo que numa «Bibliografia económica», publicada em resposta a solicitação dos próprios leitores da revista, e no capítulo dedicado à «Teoria económica geral» se indicam as obras que «se afiguram mais significativas», que começam com o *Traite de l'économie politique dédié en 1615 au Roy et à la Reine mère du Roy*, de Antoine Montchretien até aos *Principies of Economia*, de Taussig, onde se passa designadamente por Smith e Ricardo mas onde se ignora Marx. Ver RE, vol. 13(1960), pp. 134-135.

É ainda assim quando num breve estudo intitulado «Aspectos da evolução da ciência económica», de A. Silva Pinto, se abordam, embora de passagem, todas as correntes do pensamento económico do século xviii a Keynes, e se consegue ignorar totalmente Marx. Ver RE, vol. 13 (1960), pp. 157-158.

⁴¹ Veja-se a este respeito Vítor de Sá, *Perspectivas do Século XIX*, Lisboa, 1964, e ainda A. Margarido, *A Introdução do Marxismo em Portugal (1850-1930)*, Lisboa, 1975.

⁴² É certo que num estudo de natureza biográfica relativo a Bento Gonçalves se pode ler: «Bento penetrou noutras ciências. A economia política apaixonou-o. Estudou *O Capital* de Marx, que se tornou numa pedra angular da sua cultura e lhe permitiu compreender os fenómenos do capitalismo português e da economia capitalista contemporânea.» (In P. Soares, *Bento Gonçalves, Organizador do Partido*, publicado no volume

colectivo e antológico *Bento Gonçalves*, Porto, 1976). No entanto, apesar do que acima se transcreve e da reconhecida importância da figura de B. Gonçalves na difusão do marxismo em Portugal, não há entre os seus escritos qualquer estudo de relevo no campo da economia. O mesmo se poderá dizer relativamente a outros militantes marxistas do mesmo período histórico.

⁴³ A. Bagdan, *Pequeno Manual de Economia* (volume 1), Lisboa, 1946. Note-se que apenas este primeiro volume foi publicado.

⁴⁴ Vejam-se os textos de A. Castro, *A Investigação Científica ao Serviço da Economia*, Porto, 1945; «Algumas considerações de economia teórica acerca das relações entre salários e preços», in *Vértice*, n.º 43, 1947, pp. 215-218; «Cooperação económica internacional: o comércio externo», in *Vértice*, n.º 44, 1947, pp. 291-293; «Perspectivas económicas mundiais», in *Vértice*, n.º 46, 1947, pp. 44-51. Vejam-se ainda G. Deslandes Monnytell e N. Fatia Vital (compiladores), *Textos Culturais. Economia e Técnica*, Lisboa, 1946; C. Barata e C. Santos (compiladores), *Alguns Textos de Economia e Técnica*, Lisboa, 1946, e L. C. Oliveira, *As Crises Económicas*, Lisboa, 1946. Pode ainda referir-se A. Lobo Vilela, «Economia dirigida», in *República* de 22-2-1946, não obstante este autor, em um outro texto, repudiar expressamente o materialismo histórico.

⁴⁵ Pode-se no entanto referir que mesmo no interior da Universidade, e em sectores ligados à área das ciências económicas há sintomas de que o marxismo se tornou tema de interesse crescente. Revelador dessa situação é a edição nesta época das «Notas sobre o marxismo», de F. Pereira de Moura, no *Boletim do Gabinete de Estudos Corporativos*, n.º 6 e 7, 1951, pp. 42-49, e 46-54 respectivamente, e ainda «Aspectos do materialismo contemporâneo», de A. Sedas Nunes, ainda no *Boletim do Gabinete de Estudos Corporativos*, n.º 13, 1953, pp. 9-28. De notar, no entanto, que estes dois estudos abordam o marxismo numa óptica política e filosófica, mas não económica.

Ainda neste quadro geral refira-se que a *Economia e Finanças – Anais do ISCEF* publica nesta época o único artigo, em toda a sua existência, especificamente dedicado à análise da obra de Marx. Trata-se de «One of Marx mistakes», de N. Roland, publicado no vol. xix, pp. 5-15.

Também este artigo, e não obstante a publicação em que foi editado, não trata temas económicos, além de que só muito dificilmente pode ser considerado de natureza científica.

Outro exemplo é ainda um texto da autoria de Ulisses Cortês (personalidade que tem também alguma relação com o mundo económico, já que seria mais tarde ministro da Economia e das Finanças dos governos de Salazar) publicado ainda em 1946 onde se profetiza a falência do marxismo, e onde mais uma vez se foge do terreno económico para o político e filosófico. Trata-se de «Destino do comunismo», in *Rumo*, n.ºs 3/4, 1946, pp. 367-380.